

MEIO-AMBIENTE

Manteigaria de Luziânia pretende plantar 100 mil árvores na cidade

“Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mas o sonho que se sonha junto é realidade”. Com essa pegada de verso de música, o casal de empresários Ricardo Bonilla e Regiane Rêgo criou a Manteigaria Nacional, com mais de 20 sabores de manteiga, e agora quer tornar Luziânia mais verde, a partir do Projeto “Avoredo Nacional”.



Página 4



Defensoria Pública doa kits para a Secretaria do Entorno

A parceria entre a Secretaria de Estado do Entorno do Distrito Federal e a Defensoria Pública de Goiás alcançou um novo marco com a recente doação de 30 kits de computadores. Essa contribuição, anunciada pela titular da pasta, Caroline Fleury, representa

um importante apoio tanto para a secretaria quanto para a comunidade do Entorno. Caroline Fleury expressou sua gratidão ao Defensor-Geral Tiago Gregório e a toda a equipe da Defensoria Pública de Goiás pelo apoio e dedicação demonstrados. **Página 14**

Documentário "Meada Cor Kalunga" é selecionado para o FICA 2024



A divulgação dos filmes selecionados para a 25ª edição do Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA), na Cidade de Goiás, trouxe destaque para a produção

audiovisual originada em Cavalcante. Dentre os 42 filmes escolhidos após um rigoroso processo de curadoria, está o documentário "Meada Cor Kalunga", que integra a mos-

tra competitiva deste ano.

Em uma declaração sobre a nova seleção, Marta expressa sua surpresa e gratidão pelo reconhecimento internacional. **Página 4**

MORADIA

AGEHAB inicia construção de casas a custo zero em 43 municípios

As moradias devem ser entregues nos próximos meses. As ordens de serviço para os primeiros 15 canteiros de obras já estão assinadas



AGEHAB começa construção de casas a custo zero em mais de 40 municípios

SECTI-GO

A Agência Goiana de Habitação (AGEHAB) e da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SEINFRA) dão início às obras de mais 1,7 mil casas a custo zero, em 43 novos municípios goianos.

As moradias devem ser entregues nos próximos meses. As Ordens de Serviço (OS's) para os primeiros 15 canteiros de obras já estão assinadas, o que significa liberação imediata para as construtoras iniciarem os trabalhos. Em maio, vão ser assinadas outras 18 ordens de serviço e mais 10 em junho.

De acordo com o presidente da Agehab, Alexandre Baldy, o volume do trabalho realizado hoje pela Agência é histórico, já que nunca antes na trajetória das políticas públicas estaduais de habitação foram construídas tantas unidades habitacionais. Baldy ressalta também que estes resultados se alinham com a determinação do governador de ampliar e facilitar o acesso às políticas de habitação de interesse social de Goiás especialmente para a famílias que mais precisam.

DESENVOLVIMENTO

Para o secretário da Infraestrutura, Pedro Sales, todos os esforços estão focados nesses objetivos com uma preocupação adicional: atender todos os municípios goianos, contribuindo assim para o desenvolvimento de todas as regiões.

Com essas novas moradias a custo zero, iniciadas agora, lembra o secretário,

estão sendo injetados na economia goiana mais de R\$ 310 milhões de investimentos, provenientes do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege).

Com estes novos municípios, o programa Pra Ter Onde Morar – Construção/Casas a Custo Zero teve um crescimento de mais de 10%, expandindo sua presença de 130 para 144 cidades atendidas pelo programa, que passa a alcançar 58% dos 246 municípios que integram o estado. Além disso, houve um aumento de aproximadamente 22% na quantidade de unidades habitacionais contratadas.

Para ser atendido, o município precisa propor ao estado a cessão de terreno regularizados para a construção das unidades.

NOVOS CANTEIROS DE OBRAS

Água Limpa; Bela Vista de Goiás; Bonópolis; Bom Jardim; Buriti Alegre; Caia-pônia; Carmo do Rio Verde; Cezarina; Cristianópolis; Cromínia; Cumari; Diorama; Estrela do Norte; Faina; Formoso; Goiandira; Hidrolândia; Itauçu; Itapaci; Jataí; Jau-paci; Jesúpolis; Matrinchã; Mutunópolis; Nova Crixás; Novo Brasil; Novo Gama; Novo Planalto; Padre Bernardo; Quirinópolis (Módulo III); Quirinópolis (Módulo IV); Rubiataba; Santa Fé de Goiás; Santa Rita do Novo Destino; São Domingos; São Luís dos Montes Belos; Silvânia; Taquaral de Goiás; Turvelândia; Uruana; Vianópolis; Vila Boa e Vila Propício.

painel DM

SAÚDE

Governo Federal aumenta público-alvo da vacinação contra HPV



Carlos Costa

Pacientes com papilomatose respiratória recorrente passaram a integrar os grupos prioritários para a vacinação contra o HPV. A inclusão, de acordo com o Ministério da Saúde, foi motivada por publicações que demonstram os benefícios da vacina como tratamento auxiliar para a doença, indicando redução no número e no espaçamento de recidivas em pacientes imunizados.

A vacina contra o HPV, no caso de pacientes com papilomatose respiratória recorrente, será ofertada mediante apresentação de prescrição médica. Para pacientes menores de 18 anos de idade, é necessário apresentar também um documento com o consentimento dos pais ou de

responsáveis.

De acordo com a pasta, a papilomatose respiratória recorrente é uma doença pouco frequente, em geral benigna, mas que pode causar grave comprometimento clínico e psicológico nas pessoas afetadas. O quadro acomete tanto crianças como adultos.

Causada pela infecção pelo próprio HPV, sobretudo pelos tipos 6 e 11, a doença caracteriza-se pela formação de verrugas, geralmente na laringe, mas que podem se estender para outras partes do sistema respiratório. O tratamento é cirúrgico, para remoção das verrugas das cordas vocais e da laringe.

Cadastro Estadual

Tramita na Alego o projeto de lei nº 8819/24, que institui o Cadastro Estadual de Pedófilos do Estado de Goiás. Conforme o texto, entre os dados que constituem o cadastro estão: nome completo, documentos pessoais, e foto do agente; grau de parentesco ou relação entre agente e vítima e circunstâncias em que o crime foi praticado; endereço atualizado do agente e outros.

Dia do Neurocirurgião

Em trâmite na Alego, o projeto de lei ordinária no 8136/24 propõe instituir, anualmente em 7 de abril, o Dia Estadual do Neurocirurgião. O objetivo é reconhecer e homenagear os profissionais da neurocirurgia que dedicam suas vidas à promoção da saúde cerebral e ao tratamento de doenças neurológicas, contribuindo para o bem-estar e a qualidade de vida da população.

Qualificação

Também foi apresentado na Alego o projeto de lei nº 6208/04, que objetiva instituir política de fomento à qualificação sobre a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), acessibilidade e quebra de barreiras arquitetônicas e atitudinais para condomínios e síndicos no Estado de Goiás. O processo é fundamentado em uma análise crítica e ancorada em preceitos legais e éticos enraizados nos valores sociais e constitucionais brasileiros.

Inauguração

O Deputado Estadual Anderson Teodoro participou da inauguração da "Nova Feira do Pérola" em Águas Lindas de Goiás. O deputado, que contribuiu ativamente para melhorar a condição dos feirantes em suas gestões como secretário municipal, destacou o empenho em atuar pela cidade. Ele ainda citou o Mercadão Goiano, outra importante obra em andamento na cidade, viabilizada com recurso estadual. Na ocasião, o prefeito Lucas Antonietti destacou a grandeza da obra e o papel dos gestores públicos.



DM Entorno

Preço das assinaturas

R\$ 49,90 mensal
R\$ 598,80 anual

Vendas Avulsas

Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso

Dias úteis R\$ 2,50 Domingo 3,50

DIRETOR GERAL
Rodrigo Tizziani

DESIGN
Samuel Sousa
Ederson Lucas

DIAGRAMAÇÃO
Sandro Cecílio

EDITOR ONLINE
Rafael Tomazeti

EMPRESA EDITORA

T10 Mídia e Comunicação Ltda
Endereço: Rua das Américas, Qd. 12, Lt. 01
Jardim Bandeirantes, Anápolis - GO

Deptº Comercial / Redação
(62) 3706-9010

www.jornaldmentorno.com.br

DESTAQUE

Economia lidera uso de energia limpa no governo de Goiás

Com o lançamento do Programa de Eficiência Energética do Governo de Goiás, a Secretaria da Economia tornou-se modelo de sustentabilidade

ECONOMIA

A Secretaria da Economia conta com uma moderna Usina Fotovoltaica instalada no Complexo Fazendário, em Goiânia, em operação desde setembro de 2023. Pioneira no uso da energia limpa entre os órgãos do Governo de Goiás, em sete meses a secretaria já economizou R\$ 380 mil e gerou 677,1 megawatts - hora (MWh) de energia.

Com o lançamento do Programa de Eficiência Energética do Governo de Goiás, a Secretaria da Economia tornou-se modelo de sustentabilidade e otimização dos recursos para os demais órgãos públicos do Executivo Estadual.

“A instalação da Usina Fotovoltaica no Complexo Fazendário desde setembro de 2023 já resultou em economia de recursos e na redução das emissões de carbono”, destacou a secretária da Economia, Selene Peres.

“Estamos não apenas buscando reduzir despesas para alcançar resultados fiscais, mas também promovendo a qualidade dos gastos públicos e incentivando a sustentabilidade”, acrescentou.

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O Programa de Eficiência



Pioneira no uso da energia limpa entre os órgãos do Governo de Goiás, em sete meses a secretaria já economizou R\$ 380 mil

Energética do Governo de Goiás, lançado pelo governador Ronaldo Caiado, tem a meta de economizar R\$ 25 milhões por ano com energia elétrica, percentual superior a 20% do consumo do Executivo Estadual. O objetivo é que o estado seja abastecido 100% com fontes de

energia renovável.

Goiás será referência nacional no uso inteligente e responsável de energia elétrica com a implementação do Programa de Eficiência Energética.

“Goiás sai na frente. É mais um passo que damos em po-

líticas mais modernas em termos de respeito ao meio ambiente e de economia para o estado”, afirmou Caiado que visa atingir 100% do abastecimento de energia elétrica do estado com fontes renováveis.

A economia se dará por meio de aquisição, via licita-

ção, de energia proveniente de fontes limpas, como placas fotovoltaicas e pequenas centrais hidrelétricas, que têm custo menor. A previsão é que os contratos sejam assinados em outubro e que a partir de novembro comece a migração.

Secretaria Estadual de Saúde alerta: vacinas evitam internações e mortes

Secretaria relata aumento de internações e mortes por dengue e influenza, principalmente entre idosos e crianças

SES-GO

Doenças como dengue e influenza em Goiás têm provocado aumento de diagnósticos e internações, com mais mortes. Desde o início do ano, já foram registrados mais de 150 óbitos por dengue. Já a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) resultou em 179 óbitos, principalmente entre crianças menores de 2 anos (16 mortes), e idosos com 60 anos. Dentre as principais causas, pode estar a baixa cobertura vacinal para dengue e Influenza.

A grande preocupação da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), no momento, é com a alteração da sazonalidade da dengue e doenças respiratórias, como a influenza, com as mudanças climáticas, que já começam neste mês. Segundo



Saúde estadual alerta que a imunização evita as internações de pacientes com doenças respiratórias

a superintendente de Vigilância em Saúde, Flúvia Amorim, o histórico de SRAG mostra aumento de casos neste período, quando começam as inversões térmicas. “É nesta época que começam a

circular os vírus respiratórios, de forma mais intensa”, explica.

Flúvia Amorim chama a atenção, principalmente, para os extremos das faixas etárias, que são crianças e idosos, as principais

vítimas de doenças respiratórias. “Para essas pessoas, o quadro pode ser muito grave. Por isso, não deixem de se vacinar”, orienta. “Se você faz parte de algum dos grupos prioritários, procure rapidamente o posto de vacinação”, continua Flúvia, para lembrar que, embora haja vacina disponível contra a influenza em todos os postos de vacinação dos 246 municípios, apenas 20,82% do público-alvo (grupos prioritários) buscaram o imunizante. Já em relação a Covid-19, a cobertura vacinal está em 20,82%. “A vacina demora dez dias para fazer efeito. Então, quanto mais rápido se vacinar, mais rápido a pessoa estará protegida”, avisa.

A Superintendente de Regulação, Controle e Avaliação da SES, Amanda Limongi, também reforça a importância da vacinação. “É o meio mais eficaz de

prevenir internações, tanto de dengue quanto de Síndromes Respiratórias Agudas Graves”, afirma, ao confirmar que o “encontro” de casos de dengue e doenças respiratórias tem demandado mais internações em Goiás.

Ela faz um apelo também à população dos municípios que ainda dispõem de vacinas contra a dengue. “Dos 246 municípios goianos, 155 ‘zeraram’ seus estoques, mas ainda faltam 10 mil doses a serem aplicadas”, explica. A superintendente se refere ao restante das 158,5 mil doses recebidas do Ministério da Saúde e que vão vencer em 30 de abril, mesmo com a ampliação da idade para pessoas de 4 a 59 anos. Essa ampliação vale apenas para esses lotes do imunizante. Para a próxima, já está definido o retorno das idades de 10 a 14 anos, para o público-alvo.

CULTURA

Documentário Kalunga "Meada Cor Kalunga" é selecionado para o FICA

O filme mergulha no processo artesanal de tingimento de linhas de algodão, uma prática ancestral realizada pelas mulheres Kalunga

Redação

A divulgação dos filmes selecionados para a 25ª edição do Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA), na Cidade de Goiás, trouxe destaque para a produção audiovisual originada em Cavalcante. Dentre os 42 filmes escolhidos após um rigoroso processo de curadoria, está o documentário "Meada Cor Kalunga", que integra a mostra competitiva deste ano.

A trajetória de Marta Kalunga, reconhecida cineasta e líder quilombola, ganha novo capítulo com essa participação no FICA. No evento do ano anterior, Marta conquistou quatro prêmios com seu documentário autoral, o qual levou seu nome. Esse feito não apenas marcou sua carreira como cineasta, mas também trouxe visibilidade à comunidade Kalunga e à sua luta pela preservação cultural.

Em uma declaração sobre a nova seleção, Marta expressa sua surpresa e gratidão pelo reconhecimento internacional. Ela ressalta a importância de ver a história de seu povo sendo retratada nas telas de cinema e enfatiza o impacto positivo que essas narrativas têm tanto em sua carreira pessoal

quanto na valorização da comunidade Kalunga.

O documentário "Meada Cor Kalunga" mergulha no processo artesanal de tingimento de linhas de algodão, uma prática ancestral realizada pelas mulheres Kalunga. Marta, juntamente com Alcileia Kalunga e Analu Reis de Sá, compartilham a direção deste projeto, enquanto o roteiro é assinado por Marta e Dirani Kalunga, que cedeu sua casa na comunidade Vão de Almas para as gravações.

A obra destaca o valor cultural e ambiental desse processo, que utiliza pigmentos naturais do Cerrado, extraídos do jenipapo, do 'cabelo de nego' e da sucupira. Marta revela que, atualmente, o filme está em circulação em diversos festivais e, após essa etapa, será disponibilizado para a comunidade através do YouTube da Casa Memória da Mulher Kalunga.

Com essa nova contribuição para o cenário cinematográfico e cultural, Marta Kalunga e sua equipe reforçam o compromisso de preservar e difundir as tradições e saberes do povo Kalunga, levando suas histórias e vivências para além das fronteiras de Cavalcante e alcançando plateias em todo o mundo.



Cartaz oficial do filme: Meada Cor Kalunga com direção de Marta Kalunga, Alcileia Kalunga e Analu Reis de Sá

Manteigaria de Luziânia pretende plantar 100 mil árvores na cidade

Projeto "Arvoredo Nacional" tem apoio da Secretaria do Entorno do DF e deve ser estendido a toda a região

SEDF-GO

"Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mas o sonho que se sonha junto é realidade". Com essa pegada de verso de música, o casal de empresários Ricardo Bonilla e Regiane Rêgo criou a Manteigaria Nacional, com mais de 20 sabores de manteiga, e agora quer tornar Luziânia mais verde, a partir do Projeto "Arvoredo Nacional". Ricardo imagina e Regiane coloca em prática os sonhos da dupla, que ganhou apoio da Secretaria do Entorno do Distrito Federal (SEDF-GO) para o plantio de 100 mil mudas de árvores.

"Vamos dar a vida às nossas praças do Entorno. Porque estamos falando de meio ambiente, preservação, qualidade de vida. Vemos aumento de temperatura e chuvas intensas, precisamos preservar mananciais, garantir locais arborizados", afirmou a secretária



Ricardo imagina e Regiane coloca em prática os sonhos da dupla, que ganhou apoio da Secretaria do Entorno do Distrito Federal para o plantio das mudas de árvores.

do Entorno, Caroline Fleury, ao falar sobre o Projeto em uma entrevista na última sexta-feira (26), no quadro "Viva o Entorno", no programa "É Só Subindo", na Sucesso News FM Brasília.

Inicialmente, a expectativa é de plantar 100 mil árvores com a ajuda de voluntários. Porém, a

intenção é estender o plantio a todo Entorno e até além, disponibilizando as sementes e as informações necessárias (inclusive com monitoramento para saber dos efeitos em médio e longo prazo). A ideia veio de Ricardo Bonilla que realizou uma expedição de quase 7 mil km recolhen-

do sementes de árvores do bioma Cerrado. "Sempre foi nossa preocupação o meio ambiente, não poluir e deixar para os outros, estamos aqui só de passagem", comentou.

O "Projeto Arvoredo" pretende acompanhar o desenvolvimento das árvores ao longo do tempo, registrando informações como taxa de sobrevivência, crescimento e benefícios ambientais gerados. Esses dados serão úteis para avaliar o sucesso do projeto e orientar futuras ações. Para tanto, ele depende do envolvimento da comunidade, que poderá compartilhar pelas redes sociais a evolução do plantio. Também existe a expectativa de realizar ações pontuais em datas comemorativas que sejam alusivas ao meio ambiente, como o Dia do Bioma Brasileiro (2 de fevereiro), Dia Mundial da Biodiversidade (22 de março), Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho) e Dia

da Árvore (21 de setembro).

"Uma alegria ver que vocês estão realmente plantando o bem para as gerações do futuro", finalizou Henrique Chaves. Quem quiser ter mais informações sobre como participar do projeto "Arvoredo Nacional", basta clicar no site manteigarianacional.com.br.

MANTEIGARIA NACIONAL

A Manteigaria Nacional possui 22 tipos do produto certificado com o selo ARTE de produtos artesanais do Ministério da Agricultura e Pecuária. As encomendas podem ser feitas pela internet com entrega para todo o país. A Manteigaria fica em Luziânia e é aberta para visitação, também agendada pelo site. Segundo o empresário Ricardo Bonilla, a produção atual é de 15 a 20 toneladas por mês, com potencial para crescimento, que depende, dentre outros fatores, da garantia de insumos e de mão-de-obra.

IMPRENSA

Bolsonaro sinaliza que deve indicar Caiado para presidente

DIVULGAÇÃO

Imprensa nacional sugere que Jair Bolsonaro poderá apoiar governador de Goiás para disputar presidência da República. Aumenta aproximação entre os dois expoentes da direita brasileira

WELLITON CARLOS

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tem, cada vez mais, sinalizado que o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, será seu candidato a presidente em 2026. Ontem, a imprensa nacional repercutiu novamente os sinais dados pelo ex-presidente.

Na segunda-feira, 29, os dois estavam juntos em Ribeirão Preto, na Agrishow, uma das maiores feiras tecnológicas do agronegócio brasileiro (ver matéria na página 8).

Conforme a revista "Isto É", "Bolsonaro sinaliza que pode indicar Caiado à presidência em 2026". A revista diz que "em participação na Agrishow, ex-presidente disse que plantou sementes e não descartou o nome do governador goiano para ser seu substituto".

Bolsonaro não descarta sua candidatura, mas reconhece que pode ser barrado pela Justiça Eleitoral. Existem empecilhos jurídicos muito fortes para o ex-presidente - como o uso eleitoral do 7 de setembro e a reunião com os embaixadores. Já Caiado encerrará duas gestões à frente de Goiás, com aprovações históricas, que ultrapassam a casa dos 80%.

A declaração de Bolsonaro foi dada em torno da metáfo-

ra de que "plantou sementes". Segundo a revista, "nomes conhecidos da política brasileira, como Caiado, podem substituí-lo na corrida ao Palácio do Planalto".

"E se eu não voltar um dia, fiquem tranquilos. Plantamos sementes ao longo desses nossos quatro anos que descobrimos também a capacidade para levar adiante esse grande país chamado Brasil. Mesmo as sementes mais velhas, com um pouco de água, têm condições de germinar pelo nosso país", afirmou Bolsonaro, se referindo ao amigo Ronaldo Caiado, um dos pioneiros da direita nacional.

Inelegível até agora, após condenação pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Bolsonaro tem outras ações eleitorais pela frente que desaceleram suas pretensões. Segundo a "Isto É", "Caiado tem sido presença frequente em eventos com Bolsonaro e também se colocou à disposição para a candidatura à presidência da República".

Três nomes são cotados para a disputa - além de Caiado, surgem os nomes dos governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo). A diferença de Caiado tem sido sua inquestionável capacidade de gestão: o governador goiano, em sondagens de todos grandes institutos de pesquisa do país, tem sido apontado como o melhor governador do Brasil, o que facilita a decolagem de uma candidatura.

Caiado também tem se encontrado com Zema e o próprio Tarcísio, inclusive ontem, em Ribeirão Preto. O gestor de São

Paulo tem indicado que precisa se viabilizar - ou seja, ter desempenho idêntico ao de Caiado. Para isso, busca uma gestão que surpreenda São Paulo e assim venha disputar a presidência nos pleitos posteriores a 2026.

Com receio de repetir João Dória, que abandonou o governo de São Paulo sem sequer disputar a presidência da República e ficou a ver navios, no quarto ano do mandato, Tarcísio tem pisado no freio e observado as pesquisas de gestão antes de sonhar em avançar rumo à presidência.



Ronaldo Caiado e Jair Bolsonaro se encontraram em Ribeirão Preto com várias lideranças: aproximação cada vez maior na direita

"Governo Lula não transmite paz ao povo brasileiro"

REDAÇÃO

O governador Ronaldo Caiado (União Brasil) defendeu que as lideranças políticas do Brasil devem priorizar a segurança e a proteção da sociedade. "O governo federal não transmite paz, tranquilidade e perspectiva de crescimento ao povo brasileiro. Isso realmente faz com que as pessoas se sintam desprotegidas neste momento", avaliou durante discurso no Agrotalk Show, evento que reuniu cerca de 150 lideranças do agro, em Ribeirão Preto (SP), na noite de domingo (28/4).

Caiado cumpriu agenda na cidade ao longo do dia e participou do debate ao lado da coordenadora do Goiás Social e primeira-dama Gracinha Caiado. "Não podemos admitir que as facções criminosas avancem. Precisamos salvar nossa juventude com educação

de qualidade", falou aos participantes. Ele também afirmou que desde que assumiu o governo, há cinco anos, Goiás não registra invasão de terras e que a segurança pública "é fundamental para o estado democrático de direito".

O chefe do Executivo foi citado em diversos momentos. "Eu acho que foi o maior defensor da propriedade privada que o nosso país já teve", disse o presidente do Sindicato Rural de Ribeirão Preto e da Associação Rural Vale do Rio Pardo, Paulo Junqueira. "É o governador mais bem avaliado do Brasil e está fazendo um trabalho extraordinário", acrescentou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Já a deputada federal Bia Kicis lembrou o sucesso do projeto de fruticultura irrigada do Vão do Paranã, no Nordeste goiano.



'Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova.' – Mahatma Gandhi



Café da Manhã

ULISSES AESSE

ulissesaesse6@gmail.com



Gestão

O ministro Fernando Haddad está sendo cobrado pelo presidente Lula. Não conseguiu fazer muito para recuperar a economia brasileira, que não está um caos, mas não cresce como deveria crescer.

Contas

Ontem, o jornal 'Oestadão', na sua principal manchete, noticiava: 'Contas do Brasil voltam a preocupar investidores estrangeiros, diz economista-chefe do Itaú'.

Tímido

A verdade é que, embora, índice oficiais apontem recuperação da economia, o brasileiro não tem sentido no bolso, nem na mesa, um 'real' mais forte.

Di Buteco

Termina no próximo domingo a 16ª edição do Comida di Buteco. O circuito, que compreende as cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia, conta com a participação de 57 estabelecimentos que concorrem ao título de melhor boteco do Estado. Neste ano, os petiscos têm preço fixo de R\$ 35.

Paradão

A impressão que se tem é que no Brasil nada anda. Apenas sucessão de déjà-vu. Nada e mais nada.

Violência

Em Goiás, de Rio Verde e Itaberaí, só as notícias trágicas, de grande violência e crueldade.

No lucro

O ex-craque Ronaldo Fenômeno vendeu suas ações do time do Cruzeiro. Vai faturar mais de meio bilhão de reais.

É assim...

Enquanto isso, no Brasil só pipocam notícias de arranjos, fraudes e vendas de resultados em jogos dos campeonatos estaduais e, também, nacional.

Manchetes mostram a força política de Caiado

Tudo caminha para que o governador Ronaldo Caiado seja, de fato e de direito, o candidato da 'Direita' à presidência da República nas eleições de 2026. Na semana passada, matéria do jornal 'O Globo' lembrava que o certo era o ex-presidente Jair Bolsonaro manter como via aberta a possibilidade de candidaturas do porte de, por exemplo, políticos como Ronaldo Caiado. Ontem, no jornal 'Folha de S. Paulo', em uma de suas matérias de capa, a publicação revelava que Bolsonaro elogiou Tarcísio (de Freitas) e Ronaldo Caiado e admitia que, 'se não voltar, plantou semente'. No caso, se referindo a dois nomes que lideram hoje a Direita no País. Caiado é o mais próximo de concorrer, já que está em seu segundo mandato e não cairia bem a Tarcísio deixar um governo, ainda no primeiro mandato, para disputar uma eleição sem a certeza da vitória. Caiado tem como *handicap* o fato de já ter sido candidato à eleição presidencial, em 1988. Hoje mais maduro, com experiência e uma forte estrutura de apoio, com um dos governos mais bem avaliados do País, Caiado pode surpreender nas eleições de 2026, já que sairia como o único candidato da Direita.

AGROFOLHA < □

Bolsonaro elogia Tarcísio e Caiado e diz que, se não voltar, 'plantou semente'

Inelegível, ex-presidente volta a driblar abertura oficial da Agrishow; veja vídeo

RELATÓRIO < □

CGU aponta benefício ilegal a ministro de Lula e desvio em obra da estatal Codevasf

Juscelino Filho teria indicado emenda para obra de estrada que beneficia sua família

Goianas no topo do Everest

Um recorde e pioneirismo a ser aplaudido. As psicólogas goianas Sílvia Guimarães e Marcielle Oliveira, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça de Goiás, respectivamente, alcançaram na última sexta-feira, o Everest Base Camp, no Nepal, a 5.364 metros de altitude. Foram oito dias de subida e serão outros três na descida, com temperaturas que podem chegar a -10° C. Uma façanha, digamos, que não é para qualquer um.



Construtec em Goiás

Na próxima terça-feira será realizado o lançamento do maior evento da construção do Centro-Oeste, a Feira de Tecnologias da Construção, a Construtec. O coquetel de lançamento da terceira edição da Feira acontece a partir das 19h, na Fieg, Casa da Indústria, Salão Daniel Viana, 4º andar. No registro, o presidente da Câmara da Indústria da Construção da FIEG, Sarkis Curi, e o CEO da QG Bussines, Feliciano Ramos.



- No registro, a advogada Graziela Yazbec Sebba Neder, que comemora nesse próximo dia 3 de maio, mais uma primavera, ao lado do seu esposo, o advogado criminalista Alex Neder, em um jantar intimista com os familiares.

- O Brasil até o próximo dia 5 vai viver uma 'Madomania', de importunar o cérebro. Já começou e ainda tem muito, muito, gás. Aliás, tudo o que é de fora, o colonialismo brasileiro a-d-o-r-a.

- O 'vitismo' de ter sido um homem 'traído', faz do cantor Belo hoje um dos artistas mais requisitados da tevê brasileira. No último domingo, uma senhora participação no programa de Luciano Huck. Belo teve o preço do seu cachê aumentado.

- Atividades no Centro de Goiânia, com o objetivo de revitalização, mas sem divulgação, é a mesma coisa que não fazer nada. Revitalizar é levar gente para o Centro. Divulgar é preciso.

- *Espírito do Senhor está sobre mim, porquanto me ungiu para pregar o evangelho aos pobres, enviou-me para curar os quebrantados de coração; para apregoar liberdade aos cativos e dar vista aos cegos;*



ELEIÇÕES 2024

Filiação de jovens a partidos políticos segue caindo no país



REDAÇÃO

Do movimento das Diretas Já, nos estertores da ditadura, às Jornadas de Junho de 2013, o rosto que simboliza o pedido por mudanças, o dos jovens, está cada vez mais escasso na política partidária brasileira.

Levantamento do jornal O Globo, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mostra que a filiação de pessoas de 16 a 24 anos em partidos políticos chegou este ano ao menor patamar em uma década, embora a polarização tenha revertido as quedas de PL e PT a partir de 2020. Assim como a sigla que recebeu Jair Bolsonaro em 2021, o partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a crescer às vésperas das últimas eleições, mas divide terreno no campo da esquerda com o PSOL, que pela primeira vez lidera em número de jovens filiados entre todas as agremiações.

Na esteira das denúncias de corrupção no âmbito da Ope-

ração Lava-Jato, que intensificou o desgaste da política a partir de 2014, a participação dos jovens começou a minguar, caindo de 415 mil filiados para pouco mais de 180 mil atualmente — os dados são relativos ao mês de março de cada ano. A queda foi brusca entre siglas tradicionais, como o MDB (de 37,6 mil para 15 mil em dez anos); o PSDB (30,7 mil para 8,6 mil); e o próprio PT (53,7 mil para 17,4 mil). Para cientistas políticos, a chegada dos jovens à vida adulta se deu num contexto de rejeição aos partidos.

Correndo por fora dos partidos mais poderosos, que têm em mãos fartos recursos do fundo partidário, há outros exemplos de siglas que conseguem atrair jovens com base em valores ideológicos. É o caso do PSOL, na esquerda. A legenda praticamente dobrou o número em dez anos, passando de 10,4 mil para 19 mil, liderando a lista de siglas com filiados de até 24 anos, à frente do PT e do MDB, líder em 2022.

Itaney Campos conclui administração e TRE-GO empossa novos dirigentes



REDAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO), por meio da Secretaria de Administração e Orçamento (SAO), viabilizou as inaugurações da nova ala da Presidência na sede do Tribunal e de melhorias no Anexo II. As obras marcam o fim da gestão do desembargador Itaney Campos, que encerrará seu biênio, oficialmente, na sessão solene de posse do novo presidente, na próxima terça-feira (30).

Em seu discurso de agradecimento, o presidente destacou as conquistas da sua gestão que possibilitaram renovações no espaço da instituição, considerando a atual realidade da estrutura funcional. Além das

benfeitorias na Presidência e no Anexo II, a atual administração avançou em tratativas para aquisição de dois lotes contíguos à sede do Tribunal, que futuramente abrigarão um novo prédio da JE.

Os desembargadores Luiz Cláudio Veiga Braga e Ivo Favaro assumirão os cargos de presidente e de vice-presidente, respectivamente, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-GO), nesta terça-feira (30), para o biênio 2024/2026. Favaro também ficará com o posto de corregedor regional eleitoral. Eles entram no lugar dos desembargadores Itaney Francisco Campos e Amélia Martins de Araújo.

ELEIÇÕES 2024

Gayer lança chapa pura do PL e escolhe Fred Rodrigues a vice

Deputado federal confirmou, nesta segunda-feira (29), segunda pré-candidatura à prefeitura de Goiânia com apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro

HELTON LENINE

O deputado federal e presidente do PL em Goiânia, Gustavo Gayer, ao lado do senador Wilder Moraes, presidente do partido em Goiás, confirmou sua pré-candidatura à prefeitura da capital e anunciou o ex-deputado estadual Fred Rodrigues como candidato a vice-prefeito na chapa pura.

O ato ocorreu na sede do PL e contou com a presença do deputado federal Professor Alcides e do suplente de deputado federal Márcio Correa, pré-candidatos a prefeito de Aparecida de Goiânia e Anápolis, além de pré-candidatos a vereador.

A ex-primeira dama de Aparecida de Goiânia, Mayara Mendanha, que transferiu domicílio eleitoral para a capital e trocou o MDB pelo PL, na expectativa de ser indicada vice na chapa de Sandro Mabel (União Brasil), não apareceu no evento de Gayer e Fred.

Gustavo Gayer foi lançado à prefeitura, ano passado, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, durante visita a uma feira livre no Jardim América, na capital. De lá para cá, Gayer não participou de evento sobre pré-campanha eleitoral. Em 2020, ele disputou o cargo e ficou em quarto lugar, atrás de Adriana Accorsi (PT), Vanderlan Cardoso (PSD) e Maguito Vilela (MDB).

Jair Bolsonaro se comprometeu a participar das campanhas do PL em grandes colégios eleitorais como Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Goianésia, Po-

rangatu e Catalão. Ele vai gravar depoimento para a propaganda política no rádio e televisão, a partir de agosto.

Em meio a disputas pelo apoio de Jair Bolsonaro (PL), o deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO) foi confirmado pré-candidato à prefeitura de Goiás nas eleições 2024 e recebeu a “bênção” do ex-presidente quinta-feira (4). Em vídeo, Gayer aparece ao lado do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), e de Bolsonaro.

Quando questionado por jornalistas se haveria alguma possibilidade de trocar a candidatura de Gayer pelo major Victor Hugo, vice-presidente do PL em Goiás, Bolsonaro negou. “Aqui não tem troca-troca, não”, disse ele.

Gayer, por sua vez, também negou quando foi perguntado se ainda poderia sair como vice do pré-candidato apoiado pelo governador Caiado, Sandro Mabel, cuja filiação ao União Brasil foi confirmada na quarta-feira (3). “Não tem possibilidade. Como o maior partido do Brasil hoje, o PL vai ter candidatura própria nas principais capitais do Brasil. Eu sou o candidato”, disse ele. Em clima de descontração, os presentes ainda questionaram se a candidatura de Gayer teria a bênção de Bolsonaro. “Está abençoado, já”, respondeu o ex-presidente.

O apoio de Bolsonaro era incerto diante da possível aliança da direita em torno do candidato de Caiado, aliado de Bolsonaro. Mas o PL preferiu uma candidatura própria, seguindo a estratégia de Valdemar Costa Neto para fortalecer a sigla.

Diferentemente do que ocorreu em São Paulo, onde o PL precisou ceder para a aliança em torno do prefeito Ricardo Nunes (MDB), em Goiânia o partido contava com o nome de Gayer, que foi eleito deputa-



Gustavo Gayer, Wilder Moraes, Professor Alcides e Fred Rodrigues: unidade do PL

do com 200 mil votos. Sua relevância vem crescendo diante do apoio às pautas ligadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro, tendo sido, entre as centenas de personalidades presentes, um dos poucos a discursar no carro elétrico do ex-presidente no evento em seu apoio na avenida Paulista, no dia 25 de fevereiro.

Gayer, por sua vez, falou sobre sua candidatura dentro de um plano de fortalecer a base conservadora no país. “Temos que formar as nossas bases e esse ano é verdadeiramente o início da consolidação da direita do Brasil”, disse ele. “Está na hora de a gente fazer os nossos vereadores, os nossos prefeitos. Para que em 2026 a gente coloque quem na presidência?”

questionou se referindo a Bolsonaro.

O empresário Sandro Mabel (União Brasil) tentou convencer Jair Bolsonaro a não lançar Gustavo Gayer para o PL indicar o vice em sua chapa. Não deu resultado. Cogitou-se também trocar Gayer pelo Major Vitor Huo, mas também não deu resultado.

Vice de Gayer

Fred Rodrigues expressou confiança na elegibilidade para o pleito deste ano em Goiânia. Ele teve 42.784 votos para deputado estadual, mas foi cassado no final de seu primeiro ano de mandato por um suposto erro na prestação de contas da campanha anterior para vereador, quando não foi eleito.

“Como eles cassaram o mandato por um absurdo jurídico, em cima de um erro do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que o próprio TRE reconheceu que errou contra mim, então não existe inelegibilidade e estou 100% pronto para concorrer”, declarou.

O pré-candidato ainda confirmou o convite do PL para ocupar a vice de Gustavo Gayer: “A gente respeita nosso eleitorado e não vai atrás de um vice só porque supostamente ele agrega votos ou é de um outro segmento”, pontuou. Fred assegurou que o vice não será apenas uma figura decorativa, mas alguém que representará “verdadeiramente o projeto político”.

Parlamentar é denunciado ao STF por Supostas ações contra o Brasil no exterior

CLOVES REGES

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que os deputados federais Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Gustavo Gayer (PL-GO) sejam incluídos no inquérito que investiga os atos antidemocráticos de 8 de janeiro.

A denúncia usa reportagem da Agência Pública que detalha como comitiva de deputados liderada por Eduardo Bolsonaro vem articulando apoio internacional por punições ao Brasil, a partir do discurso de que o país estaria vivendo uma “ditadura de esquerda”. Em vídeo publicado em seu perfil nas redes

sociais, Eduardo negou ter defendido qualquer tipo de sanção ao país.

O documento, protocolado no STF segunda-feira (15), argumenta que a viagem ao país e outras articulações internacionais refletem “a insistência da extrema direita brasileira em buscar apoio internacional” com o objetivo de “fomentar a falsa narrativa de haver uma grave e preocupante crise democrática em curso no Brasil, e, assim, de fato, criar uma real crise nas instituições democráticas do país”.

Comitiva brasileira Integrantes da comitiva liderada por Eduardo Bolsonaro falaram sobre possíveis sanções

ao Brasil por parte dos Estados Unidos durante a visita a Washington.

Em entrevista à Epoch Times Brasil, ainda em Washington, o deputado André Fernandes (PL-CE), por exemplo, disse que “talvez com sanções ou iminentes sanções, o Brasil, mais específico o Judiciário, reflita, tire o pé do acelerador, porque nós não vamos parar”. “Imagina se o Brasil começar a sofrer sanções, coisas do tipo”, disse Bia Kicis (PL-DF) ao ressaltar a possibilidade de vitória de Donald Trump. Ela caracterizou as sanções como “muito ruins” e lembrou que outros países latino-americanos receberam sanções sem que isso

fosse “suficiente para a queda desses regimes”.

“Mas, como no Brasil a coisa não está tão profunda ainda, pode ser, eu tenho realmente a esperança que a gente consiga fazer com que algo aconteça, de verdade”, concluiu, também em entrevista à Epoch Times Brasil.

A denúncia do PSOL ao STF foi anexada aos inquéritos 4.921 e 4.922 e será avaliada pelo ministro Alexandre de Moraes, relator das investigações sobre o 8 de janeiro. O pedido foi assinado pela deputada federal Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP), pelo deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL-SP) e pelo vereador

de São Paulo Celso Giannazi (PSOL-SP).

“Quando a gente fala em fazer sanções contra o Brasil, é fazer sanções contra os negócios que o Brasil tem com esses países, ou seja, contra o conjunto do povo brasileiro”, disse em entrevista à Pública a deputada Professora Luciene Cavalcante. Ela defende que a viagem, realizada em março, deve ser investigada juntamente ao 8 de janeiro, pois seria “uma continuação desse ataque à nossa democracia”. As informações são da jornalista Laura Scofield, da Agência Pública, divulgada pelo ICL Notícias

SAÚDE

Descaso com vacinação preocupa agentes públicos de saúde

De acordo com Secretaria Estadual de Saúde, aumento de internações e mortes por dengue e influenza pode ocorrer por conta da baixa cobertura vacinal. Idosos e crianças são os que mais sofrem com falta de responsabilidade

REDAÇÃO

O Governo de Goiás alertou ontem que o aumento de internações por conta de dengue e influenza em Goiás pode ser motivada pela baixa cobertura vacinal.

Segundo comunicado da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), o aumento de diagnósticos e internações, com mais mortes, teria relação com este descaso de parcela da

população.

Goiás registrou nos meses iniciais de 2024 mais de 150 óbitos por dengue. Por sua vez, a Síndrome Respiratória Aguda Grave (Srag) motivou 179 óbitos - principalmente entre crianças menores de 2 anos (16 mortes), e idosos com 60 anos.

De acordo com a superintendente de Vigilância em Saúde, Flúvia Amorim, o histórico de Srag mostra aumento de casos neste período. E as inversões térmicas desta época são propícias: "É nesta época que começam a circular os vírus respiratórios, de forma mais intensa".

"Se você faz parte de algum dos grupos prioritários, procure rapidamente o posto de vacinação", diz Flúvia. Os extremos das faixas etárias - crianças e idosos - são as principais vítimas de doenças respiratórias. "Para essas pessoas, o quadro

pode ser muito grave. Por isso, não deixem de se vacinar", orienta.

Meio eficaz

Superintendente de Regulação, Controle e Avaliação da SES, Amanda Limongi diz que a vacinação é o meio mais eficaz de prevenir internações, tanto de dengue quanto de Síndromes Respiratórias Agudas Graves.

Ela faz um apelo também à população dos municípios que ainda dispõem de vacinas contra a dengue. "Dos 246 municípios goianos, 155 'zeraram' seus estoques, mas ainda faltam 10 mil doses a serem aplicadas", explica. A superintendente se refere ao restante das 158,5 mil doses recebidas do Ministério da Saúde e que vão vencer em 30 de abril, mesmo com a ampliação da idade para pessoas de 4 a 59 anos.



Imunização pode evitar internações de pacientes com doenças respiratórias, alertam profissionais de saúde

Agehab começa construção de casas a custo zero em 43 novos municípios

Ordens de serviço para início das primeiras obras já estão assinadas. São mais 1,7 mil moradias nos próximos meses com investimento de R\$ 310 milhões em Goiás

REDAÇÃO

O Governo de Goiás, por meio da Agência Goiana de Habitação (Agehab) e da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra), dá início este mês às obras de 1,7 mil casas a custo zero, em 43 novos municípios (confira lista abaixo). As moradias devem ser entregues nos próximos meses. As ordens de serviço (OS's) para os primeiros 15 canteiros de obras já estão assinadas.

Em maio, vão ser assinadas outras 18 ordens de serviço e

mais 10, em junho. De acordo com o presidente da Agehab, Alexandre Baldy, nunca antes na trajetória das políticas públicas estaduais de habitação foram construídas tantas unidades habitacionais. "Qualquer cidadão que visitar um dos nossos canteiros poderá observar o alto padrão em que estão sendo empregados os recursos do contribuinte goiano", diz o gestor.

Baldy ressalta também que estes resultados se alinham com a determinação do governador de ampliar e facilitar o acesso às políticas de habitação de interesse social de Goiás especialmente para a famílias que mais precisam.

Para o secretário da Infraestrutura, Pedro Sales, todos os esforços estão focados em atender todos os municípios goianos. Com essas novas moradias a custo zero, iniciadas agora,

lembra o secretário, estão sendo injetados na economia goiana mais de R\$ 310 milhões de investimentos, provenientes do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege).

Quantidade

Com estes novos municípios, o programa Pra Ter Onde Morar - Construção/Casas a Custo Zero teve um crescimento de mais de 10%, expandindo sua presença de 130 para 144 cidades atendidas pelo programa, que passa a alcançar 58% dos 246 municípios que integram o Estado. Além disso, houve um aumento de aproximadamente 22% na quantidade de unidades habitacionais contratadas.

Para ser atendido, o município precisa propor ao Estado a cessão de terreno regularizados para a construção das unidades.



Presidente da Agehab, Alexandre Baldy: construção de casas a custo zero em 40 municípios

Agrishow mostra força da tecnologia no campo

Evento em Ribeirão Preto reúne governadores, políticos e entusiastas do agronegócio. Feira paulista é considerada a maior do segmento em toda América Latina

REDAÇÃO

A 29ª edição da Agrishow, em Ribeirão Preto, em São Paulo, tem atraído os olhares da imensa comunidade do agronegócio brasileiro. Consi-

derada o principal evento dedicado à tecnologia agrícola na América Latina, a feira reúne mais de 800 marcas nacionais e internacionais, incluindo 100 expositores estreantes, que apresentam as mais recentes tecnologias voltadas para o agronegócio disponíveis no mercado. Com alcance mundial, o evento recebe também grupos empresariais da Alemanha, Espanha, Colômbia, Itália, China, Holanda e Hong Kong. A programação da feira segue até a próxima sexta-feira, 3.

Em 2023, a Agrishow re-

gistrou R\$ 13,29 bilhões em negócios. A expectativa dos organizadores é de que o valor seja superado este ano, quando o evento deve receber mais de 195 mil visitantes. A feira é uma iniciativa das principais entidades do agronegócio no país: Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Associação Nacional para Difusão de Aduos (Anda), Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado de São Paulo (Faespa) e Sociedade

Rural Brasileira (SRB).

Gestores

Presente na feira ao lado da primeira-dama Gracinha Caiado, o governador Ronaldo Caiado desta a importância da feira para Goiás: "A produção rural é um pilar importante da economia goiana. Precisamos buscar cada vez mais tecnologia e inovação para o setor".

Para o governador, a modernização é fundamental para manter a competitividade e avançar na produtividade do agronegócio. Ele citou a goiana

Tecnoshow, que este ano chegou à sua 22ª edição, sempre realizada em Rio Verde, como exemplo de iniciativa do gênero para difusão de tecnologia e inovação. "Hoje é a terceira maior feira do país, disputando aí o segundo lugar e cada vez mais forte, cada vez mais representativa de um estado que tem um potencial enorme", destacou.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e o ex-presidente da República Jair Bolsonaro também visitaram a Agrishow nesta segunda.



Fio Direto

Gercyley Batista gercyley@gmail.com

Próximo passo

Após a declaração de apoio do grupo do presidente da Assembleia Legislativa, Bruno Peixoto (UB) ao pré-candidato Sandro Mabel (UB), agora, o diálogo é sobre o vice da chapa.

Nome no grupo

Bruno Peixoto reuniu em seu grupo de apoio o presidente, o 1º vice-presidente da Câmara de Goiânia, os vereadores Romário Policarpo e Thialu Guiotti (Avante), ambos cotados para a vice de Mabel.

Nos planos

Aliás, Romário Policarpo, por várias vezes, durante este mandato, sempre deixou claro que poderia abrir mão da reeleição à Câmara para abraçar um projeto majoritário.

O perfil

Neste caso, Romário Policarpo atenderia alguns critérios importantes como ser um pré-candidato alinhado com Goiânia, ser considerado um bom gestor e um articulador ágil.

Estamos aqui

O MDB de Goiânia, representado por sua bancada de vereadores, quer participar da escolha do vice na chapa de Sandro Mabel: já indicaram dois nomes, Sandes Júnior e Sargento Novandir.

Conhecido

No caso do MDB, Sandes Júnior já disputou eleições na Capital por duas vezes, 2004 e 2008, quando enfrentou, nada mais nada menos que Iris Rezende: é um dos nomes mais conhecidos dos atuais pretendentes.

Definiu

O PL definiu que vai de chapa pura para a disputa eleitoral, com Gustavo Gayer e Fred Rodrigues, confiante de que o partido e o bolsonarismo raiz se sustentam junto ao eleitor.

Discussão encerrada

O anúncio também quer encerrar de vez os boatos de que Gustavo Gayer desistiria na disputa eleitoral, em Goiânia, em detrimento de outros interesses políticos.

Discurso puro!

Foi uma exigência do pré-candidato do PL, o anúncio de uma chapa pura, justamente para não alterar seu discurso de extrema-direita, que o projeta, nacionalmente, há alguns anos.

Furar o teto

Neste caso, não é o de gastos, mas o teto ideológico: o Bolsonarismo raiz tem um base de apoio cristalizada de 10% (em média) e quer buscar eleitores na centro-direita.

Elogiando Caiado e Tarcísio, Bolsonaro fala em legado



Ontem (29), durante o primeiro dia de visita pública, a Agrishow de Ribeirão Preto-SP, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) fez mais um rápido discurso para alguns de seus apoiadores e autoridades, elogiando as gestões do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (UB) e o governador de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos). “Nós plantamos sementes ao longo desses nossos quatro anos” — se referindo à sua gestão como Presidente da República e consolidação da direita no Brasil — “tem sementes com condições de germinar e dar bons frutos ao país” — apontando para Ronaldo Caiado, que estava no evento. Bolsonaro, que está inelegível até 2030, observa com atenção os dois governadores aliados. Por mais que seus aliados mais otimistas sonhem com uma anistia ou uma reversão no processo de inelegibilidade, o ex-presidente não quer desperdiçar seu capital político, que permanece inabalável, mesmo após deixar o Palácio do Planalto, mantendo no radar, os dois políticos com mandato executivo na lista de potenciais substitutos. Há uma expectativa de que, ao se aproximar as eleições de 2026, Bolsonaro passe a investir mais na possibilidade de indicar um nome que representará seu grupo: este aceno na Agrishow era impensável semanas atrás, inclusive, o próprio ex-presidente se mostrava irritado ao ser perguntado sobre não ser candidato em 2026. Ontem, já aventou que, “caso não retorne ao cargo” — uma boa leitura é “caso não consiga reverter a ilegitimidade” — está abonando duas de suas apostas para não permitir que Lula e o PT permaneçam mais quatro anos no poder.

Tarcísio quer reeleição para governo Paulista: o espaço para Caiado está aberto

Em Ribeirão Preto/SP, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) esteve com os governadores Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Ronaldo Caiado (UB), porém, o governador goiano se comporta mais como “pré-candidato” à presidência que Tarcísio.

Tarcísio enfrenta algumas dificuldades em seu governo, compreendendo que necessita de mais tempo para construir um perfil administrativo.

Já Caiado, em seu segundo mandato, com a popularidade alta e excelente aprovação de sua gestão, já construiu a imagem de bom gestor: um passo importantíssimo.



GOIÂNIA

Partidos disputam vice de Mabel, mas escolha só nas convenções de julho avisa empresário



Sandro Mabel: vice só nas convenções partidárias

REDAÇÃO

Cresceu nos últimos dias a disputa na base do governista pela indicação do nome que vai compor como vice a chapa de Sandro Mabel (UB) na eleição para a Prefeitura de Goiânia deste ano. Um grupo, liderado pelo presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), Bruno Peixoto, busca emplacar sua indicação. O MDB também já disse que tem interesse de indicar. E ainda existe a possibilidade da vaga ser destinada para uma composição com o PL na capital.

O grupo de Bruno Peixoto é composto pelos partidos PRD, Avante, Agir e PSB. E já apresentou cinco nomes para uma vice de Sandro Mabel: ex-deputado Francisco Oliveira, Luciene Peixoto (mulher de Bruno Peixoto), Mizair Lemes Jr., e os vereadores Romário Policarpo, presidente da Câmara de Goiânia, e Thialu Guiotti. O nome mais cotado no grupo é o de

Policarpo.

Já a cúpula do MDB em Goiânia, com seus 11 vereadores na capital, teve uma reunião na semana passada com o vice-governador e presidente estadual da legenda, Daniel Vilela. O discurso foi enfático: o partido não abre mão de indicar o vice na chapa de Sandro Mabel. Aliás, só faz uma exceção: se a vice tiver de ser cedida para o PL, o que reforçaria ainda mais a pré-candidatura da base governista na capital. O principal argumento dos emedebistas é a força do partido em Goiânia, que venceu as últimas eleições com Iris Rezende e Maguito Vilela. Um nome citado para a vaga é o de Paulo Ortegá.

Embora seja algo ainda improvável, Sandro Mabel não descarta ainda a possibilidade de ter o PL de Jair Bolsonaro ou o PSD de Vanderlan Cardoso na sua coligação em Goiânia. Para isso, indicando o vice, se for preciso.

GOIÂN APARECIDA DE

Professor Alcides tem tudo para ser um “grande prefeito”, diz Fábio Sousa



Professor Alcides e Fábio Sousa: apoio para a disputa de prefeito

REDAÇÃO

O deputado federal e pré-candidato a prefeito de Aparecida de Goiânia, Professor Alcides (PL) se reuniu com o ex-deputado federal Fábio Sousa (PL), que é integrante da Igreja Fonte da Vida. O encontro foi realizado na sede da Fonte TV e contou com a participação de várias lideranças do segmento evangélico.

Na ocasião, Fábio Sousa manifestou apoio à pré-candidatura de Professor Alcides e reforçou o seu compromisso com o PL, uma vez que ele é primeiro suplente de deputado federal do partido.

“Tudo que a cidade de Aparecida ofereceu para ele, com a ajuda dos aparecidenses, agora ele quer retribuir para a cidade fazendo uma brilhante gestão. Professor Alcides tem tudo para fazer uma boa gestão, pela experiência dele, pela capacidade dele, pela articulação dele. Professor Alcides tem tudo para ser um grande prefeito, senão o melhor prefeito que a cidade já teve”, declarou Fábio Sousa.

Por sua vez, Professor Alcides fez questão de agradecer o apoio recebido e destacar a importância de cada aliado dentro do processo de construção do projeto voltado para a cidade de Aparecida de Goiânia.

Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.

CNPJ nº 05.161.069/0001-10
Relatório da Administração

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à aprovação o Relatório da Administração da Companhia, composto do Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como as Demonstrações de Resultado. Agradecemos desde já a atenção dispensada e permanecemos à disposição para esclarecimentos.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais							
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	98.246	191.736	Fornecedores	17	315.520	336.202
Contas a receber	11	643.236	640.592	Cessão de crédito	18	374.728	720.508
Estoque	12	1.435.792	1.479.133	Empréstimos e financiamentos	19	124	4.801
Tributos a recuperar	13	45.872	32.527	Salários a pagar		131.562	116.118
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	279	8.039	Tributos a recolher	21	50.326	36.477
Outros ativos	14	40.209	56.824	Dividendos a pagar		31.808	54.115
		2.263.634	2.408.851	Impostos de renda e contribuição social a pagar		—	3.856
Não circulante				Instrumentos financeiros derivativos	4.f	14.150	7.763
Realizável a longo prazo				Outros passivos	22	104.480	120.456
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.a	29.505	26.147			1.022.698	1.400.296
Tributos a recuperar	13	39.656	40.068	Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	7	27	Empréstimos e financiamentos	19	10	126
Outros ativos	14	7.088	4.200	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	79.352	86.069
		76.256	70.442	Provisões para contingências	23	6.090	6.780
Investimentos		10	26	Instrumentos financeiros derivativos	4.f	6	7
Imobilizado	15	2.602.118	2.037.986	Outros passivos	22	33.170	9.464
Intangível	16	911.923	666.100			118.628	102.446
		3.514.051	2.704.112	Total do passivo		1.141.326	1.502.742
		3.590.307	2.774.554	Patrimônio líquido			
				Capital social	24.a	4.300.088	3.427.900
				Reserva de capital	24.b	21.855	18.204
				Ajustes de avaliação patrimonial	24.e	28.185	41.505
				Reservas de lucros	24.d	362.487	193.054
						4.712.615	3.680.663
						5.853.941	5.183.405
Total do ativo		5.853.941	5.183.405	Total do passivo e patrimônio líquido			

Total do ativo

Total do passivo e patrimônio líquido

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais										
Nota	Capital de capital	Reserva de Capital		Reservas de lucros				Lucros/Prejuízos acumulados	Total	Total
		Adiantamento para futuro aumento de capital	Opções de compra de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Reserva de subv- enção governa- mental	Divi- dendos ad- cionais			
Saldos em 1º de janeiro de 2022	2.708.560	164.237	15.056	51.086	11.872	—	22.985	—	—	2.973.796
Capital integralizado	26.a	719.340	—	—	—	—	—	—	—	719.340
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.c	—	(164.237)	—	—	—	—	—	—	(164.237)
Opção de compra de ações	26.b	—	—	3.148	—	—	—	—	—	3.148
Resultado líquido do período	26.e	—	—	—	—	—	—	—	230.437	230.437
Constituição de reserva legal	26.e	—	—	—	—	11.522	—	—	(11.522)	—
Constituição da reserva de incentivos fiscais	—	—	—	—	—	7.315	—	—	(2.455)	4.860
Dividendos adicionais propostos	26.e	—	—	—	—	—	139.360	—	(162.345)	(22.985)
Dividendos mínimos obrigatórios	26.e	—	—	—	—	—	—	—	(54.115)	(54.115)
Outros resultados abrangentes										
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos	—	—	—	(9.581)	—	—	—	—	—	(9.581)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.427.900	—	18.204	41.505	23.394	7.315	162.345	—	—	3.680.663
Saldos em 1º de janeiro de 2023	3.427.900	—	18.204	41.505	23.394	7.315	162.345	—	—	3.680.663
Capital integralizado	24.a	872.188	—	—	—	—	—	—	—	872.188
Opção de compra de ações	24.b	—	—	3.651	—	—	—	—	—	3.651
Resultado líquido do período	24.e	—	—	—	—	—	—	—	328.729	328.729
Constituição de reserva legal	24.e	—	—	—	—	16.436	—	—	(16.436)	—
Constituição da reserva de incentivos fiscais	24.e	—	—	—	—	219.916	—	—	(185.058)	34.858
Constituição de Reserva para orçamento de capital	24.e	—	—	—	—	—	—	—	95.426	(95.426)
Dividendos mínimos obrigatórios	24.e	—	—	—	—	—	—	—	(31.809)	(31.809)
Dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	—	—	—	—	(162.345)	(162.345)
Outros resultados abrangentes										
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos	—	—	—	(13.320)	—	—	—	—	—	(13.320)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.300.088	—	21.855	28.185	39.830	227.231	—	95.426	—	4.712.615

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais: A Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Companhia"), com sede localizada em Anápolis-GO, é uma Companhia brasileira de capital fechado, controlada pela Hypera S.A. A Companhia atua no segmento farmacêutico e é detentora do registro de diversas marcas tradicionais, dentre elas Doralgina, Histamin, Neosoro e Torsilax, dentre outras, componentes do portfólio da marca de medicamentos similares e genéricos Neo Química. O principal parque fabril da Companhia está localizado em Anápolis-GO, e os produtos ali fabricados - incluindo sólidos, líquidos, semissólidos, injetáveis e efervescentes - são substancialmente vendidos para a controladora Hypera S.A. Em 2022, o complexo foi expandido e passou a contar com área dedicada à produção de medicamentos estéreis (injetáveis e oftalmológicos). A Companhia também possui unidade dedicada à fabricação de embalagens de produtos farmacêuticos, localizada em Goiânia-GO. Em julho de 2023, a Companhia passou a operar uma nova fábrica localizada em Itapeceira da Serra- SP. Em 2022, a Companhia iniciou a construção de uma nova unidade em Jundiá-SP, que contará com instalações dedicadas à fabricação de medicamentos voltados para o segmento hospitalar, incluindo oncológicos, biológicos e especialidades, além de pesquisa e desenvolvimento. Em Barueri-SP, a Companhia mantém centro de pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos do Brasil, com capacidade para mais de 150 projetos simultâneos para lançamento de novos medicamentos, dermocosméticos, nutricionais e suplementos vitamínicos. **2 Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros, que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 05 de abril de 2024. **a. Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). **b. Operações descontinuadas:** As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram alienados e/ou descontinuados, e que atingem os critérios para apresentação como operações descontinuadas, são divulgadas nas demonstrações financeiras, separado do restante das operações da Companhia: i) Demonstração do resultado - As receitas e despesas de operações descontinuadas, incluindo os ajustes no exercício corrente que estejam

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
Nota	2023	2022	
Operações continuadas			
Receita líquida	25	3.060.705	2.866.573
Custo das vendas	26.a	<u>(2.471.623)</u>	<u>(2.336.801)</u>
Lucro bruto		589.082	529.772
Despesas com vendas e marketing	26.a	<u>(188.094)</u>	<u>(171.480)</u>
Despesas administrativas e gerais	26.a	<u>(91.256)</u>	<u>(76.385)</u>
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	26.b	<u>137.938</u>	<u>74.956</u>
Equivalência patrimonial		<u>—</u>	<u>869</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		447.670	357.732
Receitas financeiras	26.c	<u>16.075</u>	<u>17.846</u>
Despesas financeiras	26.d	<u>(29.379)</u>	<u>(46.221)</u>
Despesas financeiras, líquidas		(13.304)	(28.375)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		434.366	329.357
Imposto de renda e contribuição social	20.c	<u>(105.405)</u>	<u>(98.505)</u>
Resultado líquido das operações continuadas		328.961	230.852
Operações descontinuadas			
Resultado líquido de operações descontinuadas		<u>(232)</u>	<u>(415)</u>
Resultado líquido do exercício		328.729	230.437
Resultado por ação			
Resultado por ação (em R\$)		<u>0,23026</u>	<u>0,20146</u>

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

2023	2022	
328.729	230.437	
Resultado líquido do exercício		
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo	(20.182)	(14.517)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	<u>6.862</u>	<u>4.936</u>
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	(13.320)	(9.581)
Resultado abrangente do exercício	315.409	220.856

anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **(b) Alterações de normas novas não efetivas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **• Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **• Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação":** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **d. Contabilidade de hedge:** A IFRS 9 exige que a Companhia e suas controladas assegurem que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco e que se aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. A Companhia e suas controladas utilizam contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos e compras de estoques em moeda estrangeira. De acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados às compras previstas de ativos não financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não financeiro quando este for reconhecido. **2.2 Conversão de moeda estrangeira:** **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

2023	2022	
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, incluindo operações descontinuadas	434.133	328.941
Ajustes		
Depreciação e amortização	105.639	81.578
Perdas (<i>impairment</i>) de ativos	29.210	11.196
Resultado na venda de ativos permanentes	267	(28.880)
Equivalência patrimonial	232	(454)
Ganhos (perdas) cambiais	22.952	38.847
Despesas/receitas de juros e relacionadas, líquidas	(9.648)	(10.471)
Remuneração com base em ações	6.030	3.147
Provisões (reversões) e outros	<u>(164.678)</u>	<u>10.419</u>
Resultado ajustado	424.137	434.323
Variações nas contas de ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(2.645)	93.431
Estoques	31.947	(630.528)
Tributos a recuperar	(60.385)	(35.103)
Depósitos judiciais e outros	(309)	79
Demaís contas a receber	17.548	(35.503)
Fornecedores	(3.531)	84.868
Cessão de créditos	(344.653)	322.579
Instrumentos financeiros derivativos	(71.996)	(107.116)
Imposto de renda e contribuição social pagos	—	(852)
Tributos a recolher	13.849	(4.576)
Salários e encargos sociais	(3.094)	21.474
Contas a pagar	(10.899)	8.284
Juros da operação	38.884	43.506
Demaís contas a pagar	(461)	2.155
Caixa líquido proveniente atividades operacionais	28.392	197.021
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Combinação de negócios (menos caixa líquido na aquisição)	(93.833)	(323)
Aumento de capital nas controladas/coligadas	(217)	—
Compra de ativo imobilizado	(412.345)	(462.788)
Compra de Intangíveis	(299.076)	(246.110)
Venda de ativos de natureza permanentes	45	94.394
Instrumentos financeiros derivativos	—	(3.303)
Mútuos ativos	(281)	(16)
Juros Recebidos	11.179	12.166
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(794.528)	(605.980)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos - principal	(12.617)	(11.866)
Pagamento de empréstimos - juros	(3.172)	(3.402)
Integralização de capital	735.986	535.763
Dividendos pagos	(45.401)	(6.446)
Mútuos passivos	<u>(2.150)</u>	<u>(1.860)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	672.646	512.189
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(93.490)	103.230
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	191.736	88.506
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>98.246</u>	<u>191.736</u>
Variação do equivalente de caixa	(93.490)	103.230
Transações que não envolveram o caixa	16.753	28.755
Aquisição de ativo imobilizado	16.753	28.755

milhares de Reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. **b. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesas financeiras. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **2.4 Classificação, Reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e determinados outros ativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. **b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Essa categoria é composta pelas transações de hedge que visam a cobertura dos riscos relacionados a fluxo de caixa, a variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. **c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificações nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo eventuais derivativos embutidos e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Despesas financeiras", para os instrumentos derivativos. **2.4.1 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-

→ continuação

tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** **Hedges de valor justo:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do período no resultado financeiro. **Hedges de fluxos de caixa:** Os instrumentos de hedge são contabilizados pelo valor justo e o objeto de hedge pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas com créditos (*impairment*). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluído os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são apresentados líquidos das provisões para perdas, líquido das eliminações de lucros não realizados nos estoques. **2.8 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média a seguir:

	Anos
Edificações e benfeitorias	30,7
Máquinas, equipamentos e instalação	26,1
Veículos	9,2
Móveis e utensílios	19,9
Ferramentas e vasilhames	4,3

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.10). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. **2.9 Intangíveis: a. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa. Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado, que são amortizados em 5,0 anos. **b. Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 05 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **c. Pesquisas e desenvolvimento de produtos:** Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 11,7 anos. **2.10 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como as marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado, e então para redução do valor contábil dos outros ativos de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.11 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor

da fatura correspondente. **2.12 Cessão de crédito:** Alguns fornecedores e prestadores de serviços têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito". Entretanto, para a Companhia não há alteração da natureza da transação ou nos fluxos de caixa vinculadas às faturas originalmente emitidas, tão pouco custo financeiro adicional. **2.13 Empréstimos, financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas a instituições financeiras, a título de custo de captação, são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.14 Provisões e demais passivos, exceto empréstimos e financiamentos:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e demais tributos a recuperar: a. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferido ativo e passivo se relacionam com o imposto de renda e contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **b. Demais tributos a recuperar:** São representados por PIS, COFINS, IPI e ICMS a recuperar. Os ativos são constituídos quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, ou ainda quando existe o direito de ressarcimento junto às autoridades fiscais. **2.16 Benefícios a empregados: a. Remuneração com base em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no patrimônio líquido (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas. **b. Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos seus acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **c. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.17 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **2.18 Reconhecimento da receita de venda de produtos e mercadorias:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. **2.19 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor divergente do mínimo obrigatório somente é contabilizado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Esses dividendos não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos tenham sido pagos. **2.20 Arrendamentos:** No início de cada contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2)/IFRS 16. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração

inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais e estimativa dos custos de restauração. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que exercerá uma opção de compra o ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Abaixo a média do prazo de amortização do ativo de direito de uso:

	Anos
Edificações	10,6
Veículos	5,0
Equipamentos	3,0
O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O passivo de arrendamento revisado fixo em essência. 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. a. Vida útil das marcas: Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequada. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por <i>impairment</i> , a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios, estão contempladas abaixo: b. Vida útil de ativos imobilizados: A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada (Nota 15). c. Perda (<i>impairment</i>) estimada em ativos não financeiros: A Companhia testa eventuais perdas (<i>impairment</i>) nas contas de ágio, marcas e patentes e imobilizado de acordo com a política contábil. A administração definiu a existência de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) e um único segmento de negócios (Nota 25), cujo valor recuperável foi determinado com base em cálculo do valor em uso, efetuados com bases em estimativas (Notas 15 e 16). d. Contingências passivas: A nota 23 apresenta informações sobre passivos e contingências a que a Companhia está exposta no curso de seus negócios. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia. O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas. e. Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos: O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeções dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos apresentado nas demonstrações financeiras. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura exigem julgamentos significativos pela administração da Companhia. Não há qualquer impacto ou repercussão fiscal no texto. A questão trata, apenas, da recuperabilidade dos impostos diferidos e não da sua qualidade. 4 Gestão do risco financeiro: a. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, incluindo risco de moeda de valor justo, risco de taxa de juros, de fluxo de caixa e risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisitos, periodicamente os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia protetiva ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. b. Risco cambial: O risco associado	

Tipo	Valor de referência		Valor justo a receber		Ganhos	
	Contrapartes		(a pagar)/receber		/perdas realizadas	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Moeda estrangeira						
Contratos a termo	239.520	768.247	(13.870)	296	(72.074)	(39.866)
Posição comprada	Daycoval, Bradesco, Citi, Itaú, BofA, Morgan	267.513	768.247	(14.112)	296	(75.768)
Posição vendida	Staley, Original, Safra, Santander, BNP	(27.993)	—	242	—	3.694
	BofA, Bradesco				8.445	
Total	239.520	768.247	(13.870)	296	(72.074)	(39.866)
g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos: Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadounidense para cada data-base, conforme informado pela B3. h. Análise de sensibilidade: Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, de cerca de 4,43% de oscilação para o dólar estadounidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadounidense, respectivamente (cenários II e III).						
Risco	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	25% de oscilação		50% de oscilação			
	depreciação	apreciação	depreciação	apreciação	depreciação	apreciação
Cotação do dólar	4,576	5,132	3,641	6,068	2,427	7,281
Moeda estrangeira						
Hedge econômico	(13.491)	13.491	(58.910)	58.910	(117.820)	117.820
Contratos a termo	(13.491)	13.491	(58.910)	58.910	(117.820)	117.820
Objeto do hedge econômico	13.709	(13.709)	59.863	(59.863)	119.726	(119.726)
Fornecedores e cessão de créditos em moeda estrangeira	13.709	(13.709)	59.863	(59.863)	119.726	(119.726)
Efeito líquido	218	(218)	953	(953)	1.906	(1.906)

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todos os demais variáveis. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos financiamentos e aplicações financeiras projetados para o primeiro trimestre de 2024.

Cenários de Variação	Cenário provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Aplicações financeiras	254	(2.501)	(5.002)
Total do efeito perda (ganho)	254	(2.501)	(5.002)
Premissas cenário provável: CDI previsto 11,32% a.a. 7 Contabilidade de cobertura (Hedge Accounting): A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. De acordo com as características do <i>hedge</i> , a Companhia possui como prática contábil adotar a contabilidade de cobertura (<i>hedge accounting</i>), conforme previsto no CPC 38 (IAS 39). Para as operações que são designadas para <i>hedge accounting</i> , a Companhia documenta formalmente a relação econômica entre os instrumentos de <i>hedge</i> e os itens objeto de <i>hedge</i> ,			

de outra forma) decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	2023		2022	
	US\$ mil	EUR mil	US\$ mil	EUR mil
Passivo				
Fornecedores	3.292	—	15.980	11.578
Cessão de crédito	31.050	—	150.719	89.548
Instrumentos derivativos que mitigam riscos (*)	(49.194)	(137)	(239.520)	(145.513)
Exposição líquida	(14.852)	(137)	(72.821)	(44.387)
(*) valores nacionais. c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. No quadro a seguir está apresentada a exposição ao risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI:				

	2023	2022
Aplicações financeiras CDI (Nota 10)	(85.866)	(190.155)
Exposição líquida	(85.866)	(190.155)
d. Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de <i>rating</i> descritas na Nota 9 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros). e. Risco de liquidez: A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Alguns valores não fecham com o balanço patrimonial em virtude de ser uma estimativa.		

	2023				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Empréstimos e financiamentos	127	10	—	—	137
Fornecedores	315.520	—	—	—	315.520
Cessão de crédito	374.728	—	—	—	374.728
Outros passivos	104.480	31.862	—	—	136.342
Instrumentos financeiros derivativos	(17.095)	1	—	—	(17.094)
Exposição líquida	777.760	31.873	—	—	809.633
	2022				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Empréstimos e financiamentos	4.914	137	—	—	5.051
Fornecedores	336.202	—	—	—	336.202
Cessão de crédito	720.508	—	—	—	720.508
Outros passivos	94.743	9.430	—	—	104.173
Instrumentos financeiros derivativos	2.070	—	—	—	2.070
Exposição líquida	1.158.437	9.567	—	—	1.168.004
f. Derivativos: No ano de 2023 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, de termo de moeda (Dólar x Real). As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de empréstimos e financiamentos e fornecedores. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade na letra (b) a seguir). Em 31 de dezembro de 2023, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R\$ 239.520 (Em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 768.247). Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram perdas no valor de R\$ 13.870 (Em 31 de dezembro de 2022 ganhos de R\$ 296). Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:					

Itens	Valor de referência (nocial)		Valor justo a receber (a pagar)/receber		Ganhos /perdas realizadas	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
	239.520	768.247	(13.870)	296	(72.074)	(39.866)
gan						
NP	267.513	768.247	(14.112)	296	(75.768)	(48.311)
sco	(27.993)	—	242	—	3.694	8.445
	239.520	768.247	(13.870)	296	(72.074)	(39.866)
s a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação para cada data-base, conforme informado pela B3. h. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, Companhia, com cenário mais provável (cenário I, de cerca de 4,43% de variação da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).						
	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	25% de oscilação		50% de oscilação			
Depreciação	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação		
5,132	3,641	6,068	2,427	7,281		
13.491	(58.910)	58.910	(117.820)	117.820		
13.491	(58.910)	58.910	(117.820)	117.820		
(13.709)	59.863	(59.863)	119.726	(119.726)		
(13.709)	59.863	(59.863)	119.726	(119.726)		
(218)	953	(953)	1.906	(1.906)		

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação

Contas a pagar

NDF

NDF Compras

Indexação

USD

USD vs BRL

USD vs BRL

Tipo de hedge

Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa

Valor principal

32.331

32.331

17.000

Saldo ativo/(passivo)

(32.331)

(12.518)

(1.352)

Ganho no resultado abrangente

–

447

(1.352)

2022

Operação

Contas a pagar

NDF

NDF Compras

Indexação

USD

USD vs BRL

USD vs BRL

Tipo de hedge

Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa

Valor principal

466.999

466.999

300.937

Saldo ativo/(passivo)

(466.999)

(5.667)

5.964

Ganho no resultado abrangente

–

2.600

5.964

As operações de Hedges de fluxo de caixa vigentes mantiveram a Razão de Hedge 1:1 com Taxa Média Ponderada de BRL/USD 5,3056 e BRL/EUR 4,7833 para NDFs de Fornecedores; BRL/USD 4,9552 para NDFs de Compras Futuras. O fluxo de caixa destas operações está informado na Nota de Gestão de Risco Financeiro - Risco de Liquidez (Nota 4e). Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente e ajuste de hedge *accounting* diferido no Patrimônio Líquido é reconhecido no resultado do exercício.

8

Empréstimos, financiamentos:

Taxa nominal

2023

2022

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamento em moeda local

FCO (I)

Financiamento

Circulante

Não circulante

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de 8,5% a.a.

–

4.053

Prefixada de 6% a.a.

134

874

134

4.927

Circulante

124

4.801

Não circulante

10

126

Financiamentos em moeda local

FCO

Financiamentos

Prefixada de

IRREGULARIDADE

Carne em condições impróprias é interceptada pela PRF em Formosa

O incidente ocorreu quando uma equipe da PRF ordenou a parada de uma Hilux que transitava na rodovia

Redação

No desdobramento de uma rotineira fiscalização da Polícia Rodoviária Federal (PRF) na última semana, um flagrante chamou a atenção das autoridades em Formosa, na BR-020. Um homem, cuja identidade não foi revelada, foi detido transportando carne bovina na caçamba de sua caminhonete, em condições impróprias para consumo.

O incidente ocorreu quando uma equipe da PRF ordenou a parada de uma Hilux que transitava na rodovia. Inicialmente, o condutor alegou estar transportando milho de Vila Boa para Formosa. No entanto, após uma inspeção minuciosa, os policiais descobriram que a carga transportada era, na verdade, carne bovina.

A surpresa veio acompanhada de preocupação quando se constatou que a carne estava sendo transportada de forma inadequada, sem as mínimas condições de refrigeração, essenciais para preservar sua qualidade e segurança para consumo.



A mercadoria foi encaminhada para o aterro sanitário do município para descarte adequado

Ao ser questionado, o condutor relatou que havia adquirido a carne em Vila Boa, jus-

tificando que o animal estava com uma pata quebrada. Afirmou ainda possuir um açou-

gue em Formosa para onde a mercadoria seria destinada. Diante da irregularidade

flagrante, os agentes da PRF acionaram a Vigilância Sanitária de Formosa para avaliar a situação e determinar a disposição adequada do produto. Após inspeção, ficou evidente que a carne não atendia aos padrões mínimos de segurança alimentar.

Como medida corretiva, a mercadoria foi encaminhada para o aterro sanitário do município para descarte adequado, evitando assim qualquer risco à saúde pública que sua comercialização poderia acarretar.

Nesse contexto, foram identificados indícios de diversas infrações, incluindo transporte de mercadoria sem nota fiscal, venda de produtos em condições impróprias para consumo e outras violações relacionadas à segurança alimentar.

As autoridades competentes prosseguem com as investigações para apurar todas as circunstâncias envolvidas no caso e garantir que medidas adequadas sejam tomadas para evitar situações semelhantes no futuro.

Descaso em ruas dos setores Bela Vista e Coimbra em Águas Lindas deixa moradores indignados

Os moradores, desesperados com a falta de ação das autoridades competentes, relatam ter recorrido inúmeras vezes à Secretaria de Obras

Redação

Os residentes dos Setores Bela Vista e Coimbra, em Águas Lindas de Goiás, expressam profunda indignação diante do abandono e negligência enfrentados em suas comunidades. O cerne da questão está nas condições críticas das vias, especialmente durante períodos chuvosos.

Para os moradores, cada chuva representa um transtorno adicional, transformando as ruas em verdadeiras armadilhas de lama. Em alguns casos, a situação é tão severa que até mesmo sair de casa a pé torna-se uma tarefa difícil, com ruas intransitáveis devido ao acúmulo de barro. Relatos de veículos atolados na entrada do bairro ressoam como evidência do caos vivenciado pela comunidade em dias chuvosos. E quando não chove, a poeira se torna o principal obstáculo, afetando a qualidade de vida dos habitantes locais.

Os moradores, desespera-



Em alguns casos, após as chuvas, a situação é tão severa que até mesmo sair de casa a pé torna-se uma tarefa difícil

dos com a falta de ação das autoridades competentes, relatam ter recorrido inúmeras vezes à Secretaria de Obras, além

de terem feito solicitações aos vereadores e à administração municipal para a restauração das vias. No entanto, seus pe-

didos parecem ser feitos em vão, já que até o momento suas demandas permanecem sem resposta e as ruas seguem de-

terioradas, refletindo um descaso que só amplia a revolta e o descontentamento na comunidade.

INAUGURAÇÃO

Nova Feira do Pérola é inaugurada em Águas Lindas de Goiás

Dos 165 espaços disponíveis, 103 já estão ocupados por expositores prontos para comercializar seus produtos e serviços

Redação

Águas Lindas de Goiás celebrou a inauguração do Mercado da Feira do Pérola, um projeto ambicioso que promete transformar o cenário comercial da região. Com um investimento total de R\$ 3,9 milhões, essa nova infraestrutura foi concebida para abrigar 165 expositores locais, oferecendo uma ampla variedade de produtos e serviços.

O projeto, inspirado nos grandes mercados do país, foi desenvolvido visando não apenas a modernização do espaço, mas também a melhoria das condições de trabalho para os feirantes e o conforto dos frequentadores. Dividida em setores especializados, a Feira do Pérola oferece desde alimentos frescos até eletrônicos, passando por uma área dedicada à confecção de roupas.

A nova estrutura da feira oferece um ambiente coberto para os feirantes, garantindo

proteção contra as intempéries climáticas, além de banheiros modernos para os usuários do espaço. Uma ampla praça de alimentação completa as comodidades do local, proporcionando uma experiência agradável e conveniente para todos os visitantes.

Dos 165 espaços disponíveis, 103 já estão ocupados por expositores prontos para comercializar seus produtos e serviços. Os 62 espaços restantes serão preenchidos em breve através de um processo de chamamento público, oferecendo novas oportunidades para empreendedores locais que desejam fazer parte desse novo capítulo no comércio de Águas Lindas de Goiás.

Com a inauguração do Mercado da Feira do Pérola, a cidade se prepara para um notável crescimento econômico, impulsionando não apenas o comércio local, mas também promovendo o desenvolvimento social e cultural da região.



Dividida em setores especializados, a Feira do Pérola oferece desde alimentos frescos até eletrônicos, passando por uma área dedicada à confecção de roupas

Doação de kits de computadores pela Defensoria Pública beneficia Secretaria do Entorno

A doação de 30 kits de computadores para a pasta foi anunciada pela titular da pasta, Caroline Fleury em suas redes sociais

Redação

A parceria entre a Secretaria de Estado do Entorno do Distrito Federal e a Defensoria Pública de Goiás alcançou um novo marco com a recente doação de 30 kits de computadores. Essa contribuição, anunciada pela titular da pasta, Caroline Fleury, representa um importante apoio tanto para a secretaria quanto para a comunidade do Entorno.

Segundo Caroline Fleury, a Defensoria Pública tem desempenhado um papel significativo como aliada, e a inauguração de duas novas unidades em Valparaíso e Luziânia ressalta ainda mais esse compromisso. A proximidade das unidades fortalece o suporte oferecido à população local, facilitando o acesso à assistência jurídica e garantindo o pleno exercício da cidadania.

Além disso, a secretária anunciou que em breve será inaugurada uma nova sede em Águas Lindas de Goiás, ampliando ainda mais a presença e o alcance da Defensoria Pública na região do Entorno do Distrito Federal. Essa expansão reforça o compromisso da instituição em atender às demandas e necessidades específicas



Caroline Fleury expressou sua gratidão ao Defensor-Geral Tiago Gregório e a toda a equipe da Defensoria Pública de Goiás pelo apoio e dedicação demonstrados

das comunidades locais.

Caroline Fleury expressou sua gratidão ao Defensor-Geral Tiago Gregório e a toda a equipe da Defensoria Pública de Goiás pelo apoio e dedicação demonstrados. Através das redes sociais,

a secretária destacou a importância dessa parceria e o impacto positivo que ela tem gerado na promoção da justiça e no fortalecimento dos serviços públicos na região.

A doação dos kits de com-

putadores representa um passo importante na modernização e otimização dos recursos da Secretaria de Estado do Entorno do DF, permitindo uma gestão mais eficiente e oferecendo melhores condições de trabalho para os

servidores. Ao mesmo tempo, evidencia o comprometimento da Defensoria Pública de Goiás com a promoção do acesso à justiça e a garantia dos direitos fundamentais da população do Entorno do Distrito Federal.

Gustavo Burns

AGRO

Caiado visita Agrishow em Ribeirão Preto e defende investimento em tecnologia

Governador de Goiás percorreu estandes do evento que é considerado o maior do segmento na América Latina

DA REDAÇÃO

O governador Ronaldo Caiado, acompanhado da coordenadora do Goiás Social, primeira-dama Gracinha Caiado, marcou presença na 29ª edição da Agrishow, em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, na manhã desta segunda-feira (29/4). A feira é considerada o principal evento dedicado à tecnologia agrícola na América Latina. “A produção rural é um pilar importante da economia goiana. Precisamos buscar cada vez mais tecnologia e inovação para o setor”, afirmou.

Para o governador, a modernização é fundamental para manter a competitividade e avançar na produtividade do agronegócio. Ele citou a goiana Tecnoshow, que este ano chegou à sua 22ª edição, sempre realizada em Rio Verde, como exemplo de iniciativa do gênero para difusão de tecnologia e inovação. “Hoje é a terceira maior feira do país, disputando aí o segundo lugar e cada vez mais forte, cada vez mais representativa de um estado que tem um potencial enor-



Hegon Corrêa

Caiado teve encontro com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e com o ex-presidente Jair Bolsonaro

me”, destacou.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e o ex-presidente da República Jair Bolsonaro também visitaram a Agrishow nesta segunda. “Tive a oportunidade de trabalhar com Caiado no período da Câmara dos Deputados. Acompanhei o trabalho dele como senador da República e no Go-

verno de Goiás. É o governador mais bem avaliado no Brasil, pelo trabalho que faz, pela determinação, pela experiência que ele tem”, testemunhou o governador paulista.

REFERÊNCIA

A Agrishow reúne mais de 800 marcas nacionais e internacionais, incluindo 100

expositores estreados, que apresentam as mais recentes tecnologias voltadas para o agronegócio disponíveis no mercado. Com alcance mundial, o evento recebe também grupos empresariais da Alemanha, Espanha, Colômbia, Itália, China, Holanda e Hong Kong. A programação da feira segue até a próxima sexta-feira

(03/5).

Em 2023, a Agrishow registrou R\$ 13,29 bilhões em negócios. A expectativa dos organizadores é de que o valor seja superado este ano, quando o evento deve receber mais de 195 mil visitantes. A feira é uma iniciativa das principais entidades do agronegócio no país: Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado de São Paulo (Faesb) e Sociedade Rural Brasileira (SRB).

“O Brasil sofreu, nesses 30 anos, gigantescas mudanças; umas boas, outras nem tanto. Mas a nossa agricultura não errou em nenhum momento, só pisou no acelerador”, afirmou o prefeito de Ribeirão Preto, Duarte Nogueira, que seguiu. “Entregou mais produtividade, qualidade, tecnologia, eficiência e ampliou as oportunidades para todos os mercados indistintamente pelo tamanho da agricultura. Seja empresarial, seja uma agricultura familiar ou de menor porte”.

Saúde faz monitoramento permanente para combate eficaz à malária

Secretaria alerta que já são 63 registros da doença, 19 deles confirmados, em 2024; diagnóstico precoce ajuda a evitar complicações

SES-GO

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria da Saúde (SES), notificou 63 casos de malária no estado, sendo 19 confirmados, neste ano. Apesar de serem todos “importados” de pessoas que viajaram para outros locais, como região Amazônica, a pasta tem executado monitoramento permanente para erradicar a doença. Em 2023, após três anos sem registros originados no estado, foram confirmados três casos – sendo que um deles resultou em morte.

Quando há casos com origem local, é iniciada a investigação epidemiológica, que inclui a busca ativa de familiares e moradores da região onde houve o registro, que são submetidos a testes diagnósticos. A pasta também trabalha com capacitações a profissionais de saúde para garantir o diagnóstico e tratamento precoces. Na rede estadual, a maioria dos



Carmeci Natalina Elias

Técnicos pesquisam por mosquitos transmissores da malária em locais onde foi registrado caso da doença

atendimentos é feita pelo Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad (HDT).

A malária é uma doença infecciosa febril aguda, com ampla distribuição mundial, causada por protozoários do gênero Plasmodium, transmitidos pela picada da fêmea infectada do

mosquito. Os sintomas incluem febre, calafrios, cefaleia, sudorese, mialgia, náusea e vômitos. O quadro clínico pode ser leve, moderado ou grave. Na fase inicial, a malária se confunde com outras doenças infecciosas.

“Por isso a importância de perguntar, durante a anamne-

se desse paciente, seu deslocamento nos últimos 15 dias, para saber se o mesmo esteve em alguma região ou país endêmico para malária”, destaca o biomédico da Gerência de Vigilância Epidemiológica de Doenças Transmissíveis da Superintendência de Vigilância em Saúde,

Hélio Filho, técnico responsável pelo programa de malária da SES.

O diagnóstico é feito por testes rápidos e/ou análise microscópica de lâminas de sangue. Ambos são realizados pela rede pública goiana, pelo Laboratório Estadual de Saúde Pública Dr. Giovanni Cysneiros (Lacen-GO), que é a referência de Goiás para o diagnóstico. A malária, se diagnosticada e tratada precocemente, não leva a complicações. Os medicamentos estão disponíveis pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Para as pessoas que vão viajar para regiões de mata ou endêmicas, orienta-se fazer uso de repelentes (não aplicar em crianças menores de 2 anos de idade sem orientação médica); proteger áreas do corpo que o mosquito possa picar; usar cortinados e mosquiteiros sobre a cama ou a rede; e evitar locais próximos a criadouros naturais de mosquitos, como beira de rio ou áreas alagadas.

PREVENÇÃO

OAB cria comissão para combater ato de bullying nas escolas goianas

Ordem dos Advogados do Brasil de Goiás, por meio do programa 'Paz nas escolas', visa promover ambiente seguro e inclusivo

EMILLY VIANA

Com o objetivo de abordar o bullying nas escolas e promover um ambiente de aprendizado mais seguro e inclusivo, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (OAB-GO) criou a Comissão Especial de Prevenção e Combate ao Bullying nas Escolas. A diretoria da comissão foi empossada nesta segunda-feira, 29, em cerimônia que contou com representantes da Secretaria de Educação de Goiás (Seduc).

A solenidade foi realizada na sede da OAB-GO, em Goiânia. A nova comissão tem o intuito de analisar os ambientes escolares em busca de formas eficazes de combater o bullying, bem como promover uma cultura de respeito e empatia entre os estudantes. Por meio de programas educativos e ações preventivas, a comissão pretende capacitar tanto os profissionais da educação quanto os alunos para identificar, enfrentar e prevenir situações de agressão nas escolas.

Além disso, buscará estabelecer parcerias com outras instituições para ampliar o alcance das iniciativas e garantir



Rafael Lara: nova comissão tem o intuito de promover uma cultura de respeito e empatia entre os estudantes

que crianças e adolescentes tenham acesso a recursos e apoio adequados caso se deparem com o bullying. Durante a cerimônia, foi anunciado o lançamento da campanha "Bullying Não é Legal", que vai contar com a criação de cartilhas, palestras e demais ações para fomentar a conscientização con-

tra esse tipo de agressão.

O presidente da OAB-GO, Rafael Lara Martins, afirmou que o projeto "Paz nas Escolas", que promove palestras de combate ao bullying, despertou a ideia da criação da comissão voltada a essa temática. "Na OAB, temos o conceito de impulsionar a advocacia e

defender a cidadania, ou seja, faz parte do nosso escopo defender e proteger as nossas crianças. Afinal, informação é poder, e essa comissão tem o objetivo de informar às crianças e aos adolescentes sobre como combater essa realidade ainda tão presente no Brasil", disse.

COMISSÃO

Durante a solenidade, foram empossados os diretores da comissão, na figura do presidente, André Luiz Aida, da vice-presidente, Karoline Fleury, e da secretária-geral, Nathália Iskandar. Segundo o presidente, a comissão não se limitará a discutir o Direito, mas sim ser atuantes na sociedade. "Os números sobre bullying nas escolas são absolutamente assustadores, e é função da advocacia zelar pelos direitos sociais e fundamentais, posicionando-se ao lado daqueles que são mais fracos e dependem do apoio dessa instituição", disse.

André Aida destacou, ainda, que o trabalho vai "transcender os muros da OAB". "Vamos colaborar diariamente com as secretarias de educação, atuando como facilitadores e mediadores do diálogo, além de oferecer orientação jurídica aos professores e gestores da educação. O nosso objetivo é discutir ações e projetos que possam retirar o Brasil do segundo posto de países com maior número de casos de bullying no mundo. Nosso objetivo é servir de exemplo para que ações como essas sejam replicadas e aprimoradas em todo o Brasil", finalizou.

MP e PM capacitam mais de 900 policiais com foco em inteligência

Curso foi realizado no auditório do Comando da Academia da PM, com presença de representantes de vários comandos

REDAÇÃO

O Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO) e a Polícia Militar, em parceria, promoveram curso que capacitou, na última semana, novos 926 membros da PM. A formação, realizada em cinco dias, entre 9 e 17 de abril, composta de cinco turmas, é voltada às orientações sobre buscas e apreensões e nas atividades de inteligência na segurança pública. O evento contou com o apoio da Escola Superior do MP.

O curso, realizado de forma presencial no auditório do Comando da Academia da PM, contou com a participação de representantes dos seguintes comandos: Comando da Academia da Polícia Militar (CAPM); 1º Comando Regional de Polícia Militar (1º CRPM); Comando de Missões Especiais (CME); Comando de Operações de Cerrado (COC); Comando do Policiamento Ro-

doviário (CPR); 2º Comando Regional de Polícia Militar (2º CRPM) e 16º Comando Regional de Polícia Militar (16º CRPM).

O conteúdo do curso foi apresentado num ciclo de palestras, ministradas pelo coordenador da Área Criminal do MPGO, Augusto Henrique Moreno Alves; pelo primeiro-tenente Wesley Batista Gomes, integrante da Agência Central de Inteligência da PM, e pelo major Luciano do Carmo Santos, da Corregedoria da PM.

Nas palestras, Augusto Henrique Alves tratou do tema Busca e Apreensão Pessoal, Veicular e Domiciliar – Parâmetros de Atuação e Perspectivas dos Tribunais Superiores. O promotor de Justiça buscou apresentar os principais aspectos que impactam na validação das provas obtidas em flagrantes de buscas e apreensões e detalhou os problemas que vêm sendo enfrentados nos tribunais superiores em relação



Evento composto por membros do Ministério Público e da Polícia Militar tende a ser replicado em todas as unidades regionais da PM

à nulidade de processo em razão de condutas adotadas nessas abordagens.

INTELIGÊNCIA

Já o primeiro-tenente Wesley Batista Gomes falou sobre a Atividade de Inteligência de Segurança Pública. As exposições do major Luciano do Carmo, por sua vez, centraram sobre a Atuação Correicional nas Abordagens e Adentramentos Domiciliares

da PM. A convite da organização, promotores de Justiça com atuação na área criminal em Goiânia também fizeram palestras no curso para três turmas. Entre eles a promotora de Justiça Lucinéia Vieira Matos, titular da 18ª Promotoria de Goiânia; o promotor Lauro Machado Nogueira, titular da 41ª Promotoria de Goiânia, e o promotor Danni Sales.

Na avaliação do coordenador da Área Criminal, as contri-

buições dos integrantes do MP enriqueceram os debates, pois trouxeram a visão de promotores que atuam em uma das comarcas que sofrerão os impactos da capacitação. Augusto Henrique Alves destaca que o planejamento do evento segue em debate pelo grupo de trabalho composto por representantes do Ministério Público e da Polícia Militar, com a perspectiva de ser replicado em todas as unidades regionais da PM.

O coordenador da Área Criminal ressaltou a "atmosfera de aprendizado e troca de experiências" do curso e sua importância para a padronização e aprimoramento do trabalho policial. "A capacitação de policiais militares em parceria com o Ministério Público representou um marco importante no fortalecimento das instituições de segurança em Goiás", reforça. (Com informações Ascom MPGO)